



A MUDANÇA NÃO CABE NAS URNAS! SÓ A LUTA TRANSFORMA A REALIDADE

Em meio à disputa institucional entre os maiores partidos políticos para a definição de quem será o gestor do sistema político e econômico, as classes oprimidas seguem lutando pela sobrevivência, sem ver uma melhora de fato das condições materiais. Ao mesmo tempo em que o desemprego é baixo, o endividamento bate recorde. Os trabalhadores mais precarizados vivem no limite, sem referências de luta, enquanto o senso comum diz que são as eleições que podem mudar a realidade.

A polarização entre o campo do governo de Frente Ampla de Lula/Alckmin, de um lado, e a extrema-direita bolsonarista de outro, acaba por mascarar o fato de que o centro do sistema de exploração e opressão permanece intocado. O abismo social entre ricos e pobres se mantém, assim como o aparato de repressão estatal, a violência espalhada por toda a sociedade, além da precarização das condições de vida e de trabalho. O Congresso segue profundamente conservador, a serviço das classes dominantes, e cada vez mais poderoso. Mesmo uma iniciativa que certamente iria melhorar a situação da classe trabalhadora, como o fim da escala 6x1, com amplo apelo popular, encontra grande resistência entre os detentores do poder. Enquanto isso, as lideranças



Grande parte das lideranças dos movimentos populares preferiu apostar nas urnas.
Tânia Rêgo/Agência Brasil

dos movimentos mais consolidados depositam a confiança na institucionalidade e nas figuras partidárias, sem buscar construir uma força social à altura para impor essa conquista. Em nome de priorizar a disputa eleitoral para derrotar o bolsonarismo, as lutas de base são deixadas de lado, enquanto o bolsonarismo não foi derrotado.

A farsa eleitoral exerce uma força tão importante que mesmo os partidos da esquerda mais radical são sequestrados por essa lógica. Todo o aparato é mobilizado para as candidaturas, e os militantes passam a ter a campanha como missão principal. Nessa lógica, os movimentos de base ou são

sequestrados pela disputa eleitoral, empurrados para encarar o voto como a melhor forma de participação política, ou são simplesmente abandonados nesse período, enquanto os partidos têm outras prioridades.

Nossa leitura não significa deixar de lado a conjuntura política e econômica em que vivemos. Em um cenário internacional de muita instabilidade, o Brasil é alvo importante do imperialismo decadente dos EUA, que tem interferido no continente latino-americano, com apoio de setores das classes dominantes brasileiras. Mas para enfrentar tudo isso é preciso forjar um povo forte, mobilizado, com uma cultura de luta que vá

muito além das instituições da falsa democracia burguesa, e avance para construir instrumentos próprios de gestão da economia e da sociedade como um todo.

A profunda desigualdade do país, a violência, o racismo, a misoginia e a lgbtfofia, o terrorismo estatal e a precarização do trabalho são fenômenos sistêmicos, que não serão solucionados num ciclo eleitoral. Melhorar de fato as condições de vida da classe trabalhadora é tarefa que exige uma estratégia de organização pela base, luta popular direta, o abandono da ilusão nos instrumentos da democracia burguesa, e a construção de métodos próprios de tomada de decisão e gestão da vida social.

90 anos da Revolução Espanhola: um balanço crítico
Página 04 e 05

O Congresso da CSP-Conlutas e o papel da OSL
Página 08

A resistência dos trabalhadores na educação municipal de São Paulo
Página 03

Campinas debate bloqueio a Cuba
Página 07

Makhno e a disciplina revolucionária
Página 02

As patas de Marco Rubio sobre a América Latina
Página 07

CryptoRave discute privacidade e liberdade na rede
Página 06

Novos livros retratam o anarquismo brasileiro na I Guerra e na ditadura
Página 02

Série 'The Boys' critica imperialismo dos EUA com humor
Página 06

Três novos clientes chegam ao Lixo da História
Página 08

Nestor Makhno foi um revolucionário anarquista ucraniano, que comandou o Exército Revolucionário Insurrecional da Ucrânia durante a Guerra Civil Russa e a Revolução Ucraniana, entre 1917 e 1921. O exército fazia parte do que ficou conhecido como Makhnovitchina, movimento das massas camponesas ucranianas, de inspiração anarquista, que distribuiu terras para a fundação de comunas libertárias, reorganizou a produção, combateu os czaristas e enfrentou o Exército Vermelho bolchevique. O seguinte texto foi publicado no periódico *Dielo Truda* nº 7-8, de dezembro de 1925 e janeiro de 1926. A publicação era editada pelo Grupo de Anarquistas Russos no Estrangeiro, na França, que meses depois seria responsável pela “Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas”, um dos principais documentos da corrente organizacionista do anarquismo. Tradução provavelmente de Danielle Sales, a partir da versão em espanhol. Revisão e preparação de Felipe Corrêa.

Alguns camaradas me perguntaram como entendo a disciplina revolucionária. Vou lhes responder.

Compreendo a disciplina revolucionária como uma autodisciplina do indivíduo, estabelecida num coletivo atuante, de maneira igual para todos, e rigorosamente elaborada. Ela deve ser a linha de conduta responsável dos membros desse coletivo, induzindo a uma concordância estrita entre sua prática e sua teoria.

Sem disciplina na organização – a vanguarda da revolução* –, é impossível empreender qualquer ação revolucionária séria. Sem dis-

Sobre a Disciplina Revolucionária Nestor Makhno

ciplina, a vanguarda revolucionária não pode existir porque, em estado de desordem e desorganização, ela é incapaz de formular as tarefas do momento, de cumprir o papel iniciador que dela esperam as massas.

Faço repousar essa questão sobre a observação, a experiência e sobre os pré-requisitos seguintes.

A Revolução Russa tinha um conteúdo que, em muitos aspectos, era essencialmente anárquico. Se os anarquistas estivessem firmemente vinculados no plano organizativo e tivessem observado em suas ações uma disciplina bem determinada, não teriam jamais sofrido uma derrota tão profunda.

Mas como os anarquistas “de todas as posições e tendências” não representavam, mesmo em seus grupos específicos, um coletivo homogêneo, com uma disciplina de ação bem definida, não puderam suportar o exame político e estratégico que lhes impuseram as circunstâncias revolucionárias.

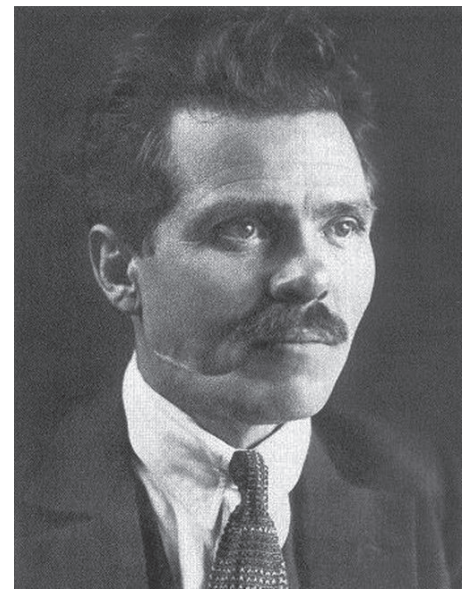
A desorganização conduziu os anarquistas à impotência política, dividindo-os em duas categorias.

A primeira foi a dos que se dedicaram à sistemática ocupação das residências burguesas, nas quais se alojaram e passaram a viver para seu próprio bem-estar. Eram aqueles que chamo de turistas, diversos

anarquistas que vão de uma cidade para outra na esperança de encontrar um lugar para permanecer algum tempo, levando a vida comodamente e desfrutando o máximo possível do conforto e do prazer.

A segunda foi a dos que romperam todos os laços honestos com o anarquismo (ainda que alguns deles, na URSS, façam-se passar agora como os únicos representantes do anarquismo russo) e aceitaram avidamente os cargos oferecidos pelos bolcheviques, no momento mesmo em que suas autoridades fuzilavam os anarquistas que permaneciam fiéis ao seu posto de revolucionários e denunciavam a traição dos bolcheviques.

Diante desses fatos, compreende-se facilmente porque não posso continuar indiferente ao estado de despreocupação e negligência que existe atualmente em nossos meios. Isso vem impedindo a criação de um coletivo em que todos aqueles que aderiram ao anarquismo sem compreendê-lo a fundo, que morreram há tempos pela causa do anarquismo, ou que, falando do anarquismo, de sua unidade, de sua ação contra o inimigo, perderam-se no momento da ação, poderiam estar representados, numa luz diversa que permitiria que tivessem posições mais adequadas. É por isso que falo de uma



organização anarquista fundada no princípio da disciplina fraterna.

Tal organização conduziria ao acordo indispensável de todas as forças vivas do anarquismo no país e ajudaria os anarquistas a ocupar seu justo lugar na luta do trabalho contra o capital.

Somente assim as ideias anarquistas poderiam conquistar as massas e não se empobrecer. Apenas os falastrões vazios e irresponsáveis fugiriam diante de tal estrutura organizacional. E são aqueles que, por culpa nossa, têm quase dominado nossas fileiras.

A responsabilidade e a disciplina organizacionais não devem horrorizar: elas são companheiras de viagem da prática do anarquismo social.

*Trecho suprimido da tradução de Skirda ao francês e, conseqüentemente, daquelas que a tomaram por base. Distintamente da Plataforma, aqui a palavra russa utilizada é *авангарде*, ou seja, vanguarda. (N.E.)



Novo site da OSL

Neste mês de julho, em que completou três anos de fundação, a *Organização Socialista Libertária* lançou seu novo site, que disponibiliza com maior clareza seus documentos, notas e outros conteúdos. O acesso está disponível no endereço socialismolibertario.net.

A nova página da OSL traz o Manifesto de Fundação e Nossos Princípios e Estratégia Geral, os documentos fundadores da organização, bem

como a Análise de Conjuntura de Médio Prazo (1985-2024), os livros lançados pela OSL em parceria com a Editora Faísca, as notas elaboradas pela organização, os eventos, entre outros materiais.

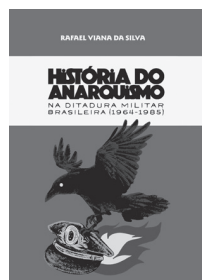
O novo site também tem uma seção especial do jornal *Libera*, onde serão disponibilizadas tanto as edições recentes, lançadas no período da OSL, quanto as edições anteriores, desde a fundação do jornal, em 1991.

Faísca lança dois livros

A Faísca Edições Libertárias lançou no primeiro semestre deste ano dois novos livros que ajudam a contar a história do anarquismo brasileiro em dois importantes momentos.

“Paz entre nós, guerra aos senhores: anarquistas em São Paulo diante da Primeira Guerra Mundial”, de Kauan Willian, analisa como o anarquismo e o sindicalismo revolucionário respondeu à guerra na cidade de São Paulo, por meio de estratégias, mobilizações e inserção no operariado.

“História do anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985)”, de Rafael Viana da Silva, discute a presença anarquista nesse período, cuja presença libertária ainda é pouco estudada. A pesquisa analisa diferentes fontes documentais sobre a atuação anarquista diante do golpe de 1964, como os libertários foram atingidos pela repressão e, também, a reorganização e reinserção dos anarquistas após a distensão política.



A precarização do ensino municipal de São Paulo e a resistência dos trabalhadores



Profissionais da educação mostraram disposição de luta.

Encerrou-se no último 21 de maio a greve dos profissionais de educação da rede municipal de São Paulo. Iniciada em 28 de abril, após paralisações pontuais em semanas anteriores, a greve foi motivada não apenas pela questão salarial, mas também por um elemento que há muito profissionais de educação apontam como crucial: a precarização das condições de trabalho.

Há pelo menos uma década, os profissionais não obtêm valorização salarial compatível com a inflação acumulada. São anos de perdas, além de manobras da prefeitura de São Paulo para complementar os salários com abonos que podem ser revogados a qualquer momento, subsídios que sequer compõem os valores da aposentadoria.

A prefeitura de São Paulo impõe sobre as escolas demandas burocráticas e metas irreais (e pedagogicamente irrelevantes). Professores e demais trabalhadores das escolas são sobrecarregados e constantemente coagidos a atender às demandas. Estudantes do Atendimento Educacional Especializado (AEE) não têm condições adequadas para uma inclusão de fato nas escolas. Prevalece a agenda neoliberal, que trata a educação pública como mera mercadoria e ferramenta para reprodução de força de trabalho precarizada e acrítica.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB), alinhado com a extrema-direita bolsonarista, vem impondo ataques ao conjunto do funcionalismo municipal em geral e aos profissionais de educação em particular. Do Sampa-
prev 2 (a segunda reforma da pre-

vidência do município) a medidas como a lei que reduziu a remuneração de efetivos e readaptados, e a progressiva privatização/terceirização de CEUs e escolas, Nunes está comprometido com o desmonte da educação pública para atender interesses particulares. Autoritário, se recusa a negociar com os sindicatos, e já tentou criminalizar a greve por meio do judiciário. Neste ano, impôs reajuste de cerca de 3% dividido em dois anos e um Projeto de Lei (PL) que determina a possibilidade de transformação do cargo de Professora de Educação Infantil (PEI) para Professora de Educação Infantil e Fundamental (PEIF). A medida promove drástica redução salarial das trabalhadoras e contribui para a privatização total da Educação Infantil, que em grande parte já é terceirizada.

Divisionismo sindical e a luta na base

As direções sindicais novamente não se mostraram à altura das necessidades da categoria, adotando linha de atuação autoritária, divisionista e que confundiu trabalhadoras e trabalhadores. Dois blocos se formaram: Coeduc (reunindo Sinpeem, Sedin e Sinesp, os sindicatos específicos da educação) e Fórum das Entidades (Aprofem, Sindsep e outros sindicatos menores). A divisão parte de uma disputa entre direções sindicais burocratizadas em busca de hegemonia, fomentando o corporativismo e impedindo a unidade dos trabalha-

dores do funcionalismo municipal.

Em meio às dificuldades impostas pela conjuntura, ao autoritarismo do governo municipal e à debilidade e equívocos das direções sindicais, os profissionais de educação demonstraram disposição de luta.

Houve fechamento total de algumas escolas, além de fechamento parcial em diferentes regiões. As manifestações e assembleias apresentaram números expressivos de profissionais em luta, como a caminhada de cerca de oito quilômetros, partindo da secretaria de educação rumo à prefeitura de São Paulo.

Destaca-se também a importante atuação dos Comandos de Greve Regionais, responsáveis de fato pelo fomento à mobilização da categoria por meio de visitas às escolas, diálogos com a comunidade escolar – que apoiou o movimento em diversos momentos –, ações de propaganda e via manifestações regionais, rompendo com o imobilismo das direções sindicais.

O saldo da luta

Apesar do movimento expressivo, prevaleceu o autoritarismo de Ricardo Nunes, e de sua base de vereadores na Câmara Municipal, bem como a atuação errática das direções sindicais, insistindo em uma política pouco combativa. Nunes aprovou seu PL na Câmara, o que abre brecha para a privatização da Educação Infantil.

Na última assembleia, o presidente do Sinpeem, Claudio Fonseca (há 40 anos no comando do sindicato) adotou retórica que confundiu a categoria, que entendeu que a prefeitura havia recuado na medida de transformar o cargo de PEI em PEIF. Tal ação contribuiu para a “não rejeição do protocolo” e com o fim da greve, mas, na prática, a lei segue aprovada e com possibilidade de entrar em vigor.

Fundamental apontar, ainda, no Sinpeem, a debilidade de setores da “oposição tradicional”, situados na Oposição Unificada, hegemonizada, principalmente, por correntes ligadas ao PSOL. Submetidos à lógica antidemocrática do sindicato e ávidos por serem os próximos burocratas, foram incapazes sequer de fazer crítica ou denúncia das ações das direções majoritárias, permanecendo no palanque enquanto a greve era enterrada.

A militância da OSL participou da construção da mobilização, impulsionando as ações via Comandos Regionais de Greve. Entendemos a luta como processo necessário e inevitável de combate ao projeto político neoliberal e de extrema-direita, que visa acentuar a precarização das condições de vida, de trabalho e submeter a educação pública a interesses privados. Para tanto, defendemos, também, a democratização dos sindicatos, independência de classe e ação direta como método de luta. Os sindicatos são históricos instrumentos de luta da classe trabalhadora e devem representar nossos interesses enquanto classe e não devem estar submetidos a interesses políticos de burocratas de plantão.

Direções sindicais adotaram linha autoritária e divisionista

Os 90 anos da Revolução Espanhola

A resistência ao golpismo de Franco deu origem a um dos mais ricos processos autogestionários

Há 90 anos ocorria um dos processos revolucionários mais expressivos em território europeu: a Revolução espanhola (1936-37), no contexto da Guerra Civil que terminou com a vitória dos golpistas e o início da ditadura de Francisco Franco, em abril de 1939. Para além da efeméride, aqueles eventos deixaram importantes lições para futuros movimentos e organizações anarquistas e forte influência em eventos históricos e populares subsequentes.

Ainda que tenha se iniciado como uma resposta imediata ao movimento golpista das tropas franquistas em julho de 1936, as articulações para a implementação do regime autogestionário tem origens históricas profundas, numa longa construção do anarquismo espanhol em todo o tecido social, figurando como forte movimento popular desde o fim do século 19 até a fundação da *Confederación Nacional del Trabajo*, a lendária CNT, em 1910. A entidade iria se tornar uma das principais forças políticas espanholas, articulando sindicatos não apenas para a luta direta por melhorias aos trabalhadores, como também costurando embriões de um nova lógica social libertária, independente de instituições estatais.

Sindicatos abrigavam escolas de formação – os liceus – que ensinavam teoria anarquista e davam formação básica para amplos setores proletários sem acesso ao ensino público, inspirados pelo pedagogo Francisco Ferrer e sua *escuela racionalista*. Havia cursos profissionalizantes para desempregados, bolsas e apoio mútuo material para marginalizados. Essa prática, mais tarde, foi batizada como *cultura libertária*, de acordo com a concepção do *anarcossindicalismo*, característico da ideologia em território espanhol.

Durante a ditadura de Primo de Rivera (1923-1930) o acúmulo de experiência, a efervescência dos debates e a situação política repressiva de organismos de esquerda no país alimentaram a necessidade de fundar uma organização política: a *Federación Anarquista Ibérica* (FAI), criada por exilados na França, em 1927, aglutinando militantes que já atuavam como milícias armadas

para enfrentar o regime, em torno de um programa próprio.

CNT dividida

Após a vitória da Segunda República em abril de 1931, a CNT – a essa altura a maior força sindical do país, com cerca de 1,5 milhão de filiados – realiza o Congresso de Madrid. Esse evento marca a formação de duas correntes internas: os *trein-*

Cultura libertária entre os trabalhadores possibilitou o processo revolucionário

tistas, setor minoritário, apoiado sob uma militância mais velha, inclinado à construção de base, fortalecimento dos sindicatos e estruturação da central e que tinha sido majoritário desde 1910, mas carregava alguns desvios reformistas; e a já mencionada FAI, com a base mais jovem e precarizada, que pautava a necessidade imediata da radicalização da central e a utilização de suas forças sindicais para implementar o *comunismo libertário* nos territórios onde tinha maior influência, especialmente nas cidades industriais como Barcelona e Saragoça. Essa segunda corrente foi vitoriosa e pas-

sou a dirigir politicamente a CNT.

A trajetória da FAI dirigindo a CNT foi marcada por três tentativas de implementar o comunismo libertário (Fígols, 1932; Valência e Aragão, em 1933; Aragão e La Rioja, também em 1933) entre os trabalhadores mais precarizados – e portanto mais radicalizados –, especialmente na construção civil. Os resultados deram substância às críticas feitas por seus adversários anarquistas: a falta de articulação interna entre os sindicatos isolou tais tentativas, facilitando a repressão, com centenas de prisões, dezenas de mortes e a perseguição a diversos sindicatos, além da redução de disposição das bases. Entretanto, é nesse período que são instituídos os Comitês de Defesa Confederal e os Comitês de Defesa Econômica, CDCs e CDEs. Esses órgãos criaram uma estrutura de apoio mútuo entre trabalhadores desempregados e os sindicatos em diversos sentidos: oficinas de construção e manejo de armas de fogo; estímulo à participação de marginalizados em ações diretas de assalto a carregamentos de produtos industriais (num contexto de carestia de vida generalizado); ações diretas violentas e coletivas contra aluguéis abusivos, demissões, situações de hiperexploração do trabalho; etc. Essas instituições populares foram embriões das milícias antifascistas em 1936.

Os anos seguintes, chamados de *biênio negro* (1934-35) foram marcados pelo governo da extrema-direita



Revolução permitiu o controle popular sobre a produção

e um grande refluxo das forças revolucionárias, sendo a Comuna das Astúrias (1934) a única exceção, que foi, inclusive, boicotada pelos setores da FAI, recebendo apoio apenas de sindicatos locais da CNT. O efeito positivo desse período sobre o movimento sindical foi a radicalização das bases que, a partir da vitória da Frente Popular em fevereiro de 1936, deram início a expropriações de latifúndios e greves mais organizadas do que no início da década.

Em julho, as lideranças da CNT-FAI promovem um assalto ao carregamento de armas que vinham do exterior, as distribuem para as bases e, com uma força e articulação muito superiores ao momento anterior, derrotam a *Guardia Civil* e os *Mossos d'Esquadra*, tomando o controle da cidade de Barcelona e estendendo para o interior da Catalunha, Aragão, Andaluzia, Castela e demais regiões sob sua influência a autogestão pública dos mais importantes setores industriais, agrícolas, meios de transporte e comunicações que, inclusive, contou com a importante articulação dos trabalhadores da *Telefónica*, que ocuparam a torre principal de transmissão para articular com diversos setores do país a investida revolucionária.

Revolução e os problemas internos

A vitória inicial sobre os franquistas



A vitória inicial da revolução tomou cerca de metade do território espanhol.

anhola e as lições do processo

ários com protagonismo anarquista, mas debilidades do movimento provocaram a derrota



dução e distribuição.

tas e a implementação da autogestão dos trabalhadores em metade do território espanhol gerou grande entusiasmo, mas rapidamente escancarou a principal debilidade do movimento: o imprevisto frente à falta de um programa político que substituísse a gestão estatal republicana recém-derrotada com uma coordenação que desse conta da questão nacional da Guerra Civil. Haviam diversos atores atuando no teatro geopolítico do país, interna e externamente, para o qual não havia preparação por parte dos dirigentes anarquistas. Ainda que alguns obstáculos externos ao movimento tenham persistido – as relações internacionais com nações liberais que poderiam bloquear o fornecimento de produtos estrangeiros; a intervenção do nazifascismo, em seu auge, com apoio massivo de armas e dinheiro aos franquistas; o controle franquista sobre as colônias com fornecimento massivo de tropas; a intervenção contrarrevolucionária da URSS, etc. – os problemas internos tiveram peso determinante.

Os anarquistas confundiram poder político com poder de Estado, negando a si próprios a gestão política do poder público que poderiam assumir. O resultado improvisado foi a criação do Comitê Central de Milícias Antifascistas (CCMA) que atuava um estágio abaixo do poder político que foi, aos poucos, sendo

reativado pelos setores burgueses moribundos em julho, mas já recuperados em outubro e plenamente ativos em novembro daquele mesmo ano, ocupando os principais ministérios: Economia e Guerra. Além disso, as bases sindicais e populares, que tinham acesso direto à organização da vida econômica dos territórios liberados pela revolução armada, não tinham trânsito entre os espaços de decisão e não estavam articuladas nacionalmente pela CNT para além do controle sobre as articulações econômicas internas. Em outras palavras, mesmo com o controle popular da produção e distribuição, serviços, cultura e comunicação no interior do território liberado, a política macro manteve-se sob controle dos setores republicanos burgueses, com uma participação secundária das lideranças da FAI e mesmo de treintistas.

Maio de 1937

O processo revolucionário teve impacto profundo entre as bases, que participaram ativamente da construção do novo tecido social autogestionário durante todo o segundo semestre de 1936, enquanto as direções atuavam no sentido contrário, assumindo cargos políticos dentro da mesma lógica republicana burguesa que antes atacavam. O evento mais dramático desse fenômeno ocorreu em maio de 1937, considerado por muitos o evento final da revolução anarquista: o processo de desarmamento das

milícias populares, dez meses depois de iniciada a revolução. Houve resistência de setores de base, como os famosos Amigos de Durruti, por exemplo, mas o processo termina com a política soviética infiltrando o CCMA e devolvendo o controle das principais instituições para os setores republicano-burgueses, reativando o Estado burguês.

Questões estratégicas vieram à tona: a) face ao debate sobre a necessidade

Falhas da CNT permitiram a retomada do Estado burguês

de um exército com comando central para enfrentar as fortes tropas fascistas, a força militar efetivamente ativa eram as milícias populares formadas de forma espontânea e que, além de indisciplinadas, tinham organização autônoma e regional, especialmente onde a CNT estava pouco articulada com sindicatos regionais; b) a falta de uma estratégia para a questão monetária: os bancos, outrora alvo de diversas ações diretas de anarquistas, não foram expropriados, facilitando a evasão de capitais para o exterior, facilmente enviados à URSS para compra de armas que dificilmente chegavam às milícias, mas sempre aos setores republicanos; c) coletividades liberadas pela Revolução faziam uma confusão entre autogestão e “autonomismo isolacionista” (caso de quase toda a

Andaluzia, que ao não se submeter as decisões coletivas, ou seja, confederais, foi rapidamente derrotada pelos golpistas); d) o mesmo “autonomismo” se observou no setor agrário, pois permitiu uma pluralidade de formas de organização dos territórios liberados, ou seja, haviam territórios que coletivizaram totalmente a produção, mas haviam os que permitissem a sobrevivência da pequena propriedade, terreno fértil para que o estalinismo estimulasse a competição entre eles e as – economicamente muito mais desenvolvidas – coletivizações totais, conquistando rápidas filiações ao Partido Comunista Espanhol, inexpressivo antes de julho de 1936; e) a independência de classe e das instituições de Estado, há décadas veiculadas pela militância, não produziu um poder político suficientemente forte e capaz de enfrentar todos os setores da “contrarrevolução”, não apenas o inimigo mais direto, o franquismo apoiado pelo nazifascismo, como também os setores republicanos apoiados pelos soviéticos.

A experiência espanhola é contraditória, como todo processo revolucionário, porém legou para novas gerações da militância anarquista importantes lições: a necessidade vital de um projeto de poder, paralelo e independente do Estado, mas que exerça um avanço político para além da construção da estrutura autogestionária restrita ao campo econômico e cultural; ainda que os treintistas tenham capitulado ao modelo intervencionista de sindicato, seus apontamentos quanto ao fortalecimento da confederação através da indústria e dos comitês de fábrica fizeram falta no momento pós-revolucionário, uma vez que a direção da CNT buscou fortalecer a confederação durante o próprio desenrolar dos fatos, mas não teve o mesmo empenho durante os anos de preparação. Por outro lado, a questão propositiva do anarquismo espanhol, no sentido de criar instituições culturais, sociais e econômicas próprias foram determinantes para o projeto anarquista de socialismo, o chamado *comunismo libertário*. Sigamos com tais reflexões em direção à construção do poder popular autogestionário!



CNT era a maior força sindical do país.

Série 'The Boys' escancara sátira ao imperialismo

A série *The Boys* explora um mundo fantasioso, onde supercorporações desenvolveram um programa para produzir super-heróis que passam a ter grande poder numa sociedade norte-americana distópica, ultraconsumista e dominada por interesses políticos das elites. A série estreou em 2019 e teve a quinta e última temporada exibida no primeiro semestre de 2026. Ela é baseada na história em quadrinhos de mesmo nome, criada em 2006.

Subvertendo os clichês dos filmes de super-heróis comuns, a série apresenta os *supers* não como parâmetros de moralidade e exemplo ético, mas como figuras em sua maioria antiéticas, movidas pelos interesses do lucro, do *establishment* e meros peões de grandes corporações e elites políticas. A violência é exagerada e normalizada nessa sociedade distópica. Nesta última temporada, o elemento religioso também cumpre um importante papel.

Os super-heróis fazem parte da *Vought International*, uma gigantesca corporação que tem todos os direitos sobre eles. Nesse universo, o combate ao crime é um mero detalhe: os super-heróis estrelam propagandas, filmes e diversos outros produtos. O grande objetivo da *Vought* é poder usar os *supers* como armas militares, o que ren-

deria à empresa um contrato bilionário com o governo imperialista dos EUA, por isso o *lobby* junto ao poder político é essencial. Vão se contrapor a eles a gangue *The Boys*, uma espécie de guerrilha liderada por Billy Bruto, formada para combater os super-heróis e revelar a corrupção da *Vought* e dos políticos.

A série pode ser vista pelos óculos anarquistas de Mikhail Bakunin, que dizia que o poder transforma os homens em “loucos orgulhosos” e que o “o poder e o hábito de comandar fazem com até o mais inteligente e virtuoso dos homens, uma fonte de aberrações, tanto intelectuais como morais”. A figura que representa com maior propriedade esse aspecto é o Capitão Pátria (*Homelander*), o super-herói que representa os valores reais das classes dominantes dos EUA: um conservador de extrema-direita, egóico, capaz de assassinar os “inimigos da pátria” e, ao mesmo tempo, preocupado com a sua auto-imagem. Mais trumpista impossível.

A semelhança com a realidade beirou o inacreditável quando Donald Trump publicou em sua rede social, em abril, uma imagem gerada por IA, em que ele aparecia trajado como Jesus Cristo, curando um homem doente. Dois dias depois, seria exibido o terceiro episó-

dio da quinta e última temporada, em que Capitão Pátria acredita ter tido uma revelação, em que ele é Deus. O criador da série, Eric Kripke, em entrevista, brincou com a situação: “É muito difícil fazer uma sátira desse mundo”.

A ausência da crítica ao sionismo e a presença do ator israelense

Tomer Capone, que interpreta o “Francês”, mostra que mesmo uma série crítica não consegue esgarçar os limites democratas de seu próprio contexto de produção. Ainda assim, vale assistir criticamente, sabendo que nenhum Capitão Pátria seria páreo para o poder popular autogestionário.



Capitão Pátria acredita ser Deus, na mesma semana em que Trump se autorretrata como Jesus.

CryptoRave chega à 10ª edição

A CryptoRave é um evento anual que reúne, em 24 horas, diversas atividades sobre segurança, criptografia, hacking, anonimato, privacidade e liberdade na rede. O evento é aberto e gratuito, e realizado na cidade de São Paulo.

A décima edição foi realizada nos dias 8 e 9 de maio, na Biblioteca Mário de Andrade, e teve como tema “85 segundos para o fim do mundo”, em referência ao Relógio do Juízo Final, alerta criado por cientistas que lembra da urgência para a ação. Segundo os organizadores, foram 101 atividades, 140 pessoas palestrantes ou oficinairas, e cerca de 1.500 pessoas presentes no total.

O evento teve início em 2014,

como reação à divulgação de informações que confirmavam a ação de governos e corporações para manter a população mundial sob vigilância e monitoramento constante. O ambiente da CryptoRave preza pela inclusão e pela diversidade no debate da segurança, privacidade e criptografia, e mantém um Código de

Conduta que rejeita todos os tipos de práticas e comportamentos lgbtqiap+ fóbicos, racistas, sexistas ou excludentes de alguma forma.

A CryptoRave é um evento independente e organizado de forma voluntária. Sua organização é formada por integrantes dos coletivos Actantes, Maria Lab, Saravá, assim

como pessoas autônomas. O evento não remunera de nenhuma forma as pessoas participantes e não aceita patrocínio de empresas ou de organizações não governamentais, sendo exclusivamente realizado por meio da ação voluntária das pessoas, desde a organização do evento, até a realização das oficinas, das palestras, dos debates etc.

Todas as despesas são cobertas por contribuições voluntárias por meio de financiamento coletivo, que disponibiliza recompensas desenhadas pela organização exclusiva para cada edição. Assim, os recursos arrecadados são utilizados única e exclusivamente para cobrir as despesas com a realização do evento.



Evento reuniu cerca de 1.500 pessoas em maio.

Imperialismo de Trump e neocolonialismo com ‘Narco’ Rubio



Rubio tem projeto de poder próprio e avança sobre a América Latina.

Desde o início de seu segundo governo no Império, o especulador Donald Trump tem uma postura muito mais agressiva no Sistema Internacional. Promove guerra contra o Irã, ameaça tomar territórios de aliados (caso de Groenlândia e Dinamarca), rompe relações com aliados de extrema-direita (caso de Itália) e briga dentro da OTAN (com a Espanha). No plano mundial, fomenta além de guerras, crise do petróleo, gera inflação na Ásia e faz o possível para frear a economia chinesa, sabendo que se ficar paralisado, o capitalismo comandado por Pequim derrotará Washington.

Na América Latina, a pressão é

redobrada. O secretário de Estado, equivalente ao chanceler imperialista, é um *gusano*, autêntico membro e representante da máfia cubana da Flórida. Marco Rubio, conhecido em *Little Habana* como “Narco” Rubio, tem um projeto de poder próprio e vai ao encontro de uma zona de influência exclusiva ou semiexclusiva que é a América Latina. Até o momento de fechar este texto, o ex-senador republicano não havia perdido nenhuma eleição, apoiando seus representantes de forma direta e escancarada.

O caso brasileiro não é exceção e combina uma extrema-direita local que não esconde minimamente seu

entreguismo e aceita comprometer parte significativa da economia do país, contanto que receba seu quinhão de poder burguês. Tanto por fatores internos como pela pressão de Rubio, o império avançou em parcelas de poder com as vitórias eleitorais no Equador, Chile, Honduras, Peru, Colômbia, intervenção na Venezuela, dentre outros processos em andamento, como a “retomada” de fato do Canal do Panamá.

A militarização alegando o “combate ao narcotráfico” é o argumento fajuto da vez. A meta é roubar ou garantir exclusividade às matérias primas fundamentais no século 21 e assegurar mercado para as

empresas dos EUA. No limite, a corrida digital e a intervenção nas transações eletrônicas é algo que preocupa Washington e entra na pauta do dia, a julgar pelas pressões contra o Brasil.

É preciso um acerto na linha política da esquerda mais combativa, combinando classismo com anti-imperialismo, compreendendo que a gravidade do momento não pode cair em ilusões de mal menor (como “apoio crítico” para a social-democracia) e menos ainda fingir que a avançada neocolonial não está ocorrendo. A luta direta necessita de um programa de reivindicações que contemple o confronto com o Império e seus tiranos mafiosos de turno.

Bloqueio a Cuba é tema de debate em Campinas

Cuba enfrenta hoje uma das crises mais agudas de sua história recente, fruto direto do recrudescimento do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos EUA há mais de seis décadas. Formalizado em 1962, o embargo nunca foi apenas uma restrição bilateral: sua natureza é extraterritorial. Isso significa que a lei norte-americana pune e multa bancos, empresas e navios de qualquer país que ousem comercializar com a ilha, o que estrangula o acesso de Cuba ao sistema financeiro internacional, inclusive para comprar alimentos, combustível ou medicamentos. O histórico do cerco à ilha e a dramática situação atual de Cuba foram tema de debate realizado em junho pelo *Coletivo José Martí de Solidariedade a Cuba e aos Povos em Luta*, em Campinas (SP), junto a outros

coletivos e organizações.

Os participantes debateram os desafios de articular as diversas iniciativas de solidariedade a Cuba em diferentes partes do Brasil. Entre as principais preocupações esteve a necessidade de centralizar e tornar mais coordenadas as campanhas de

O embargo impõe cenário devastador ao país

arrecadação. Outro tema foi a construção de um calendário nacional de mobilizações. Foi destacada a importância de fortalecer a presença pública da campanha por meio de manifestações, passeatas e outras

atividades capazes de sensibilizar sobre a realidade vivida pela ilha, denunciar os efeitos do bloqueio e ampliar a solidariedade em defesa da soberania do povo cubano.

O impacto humanitário é devastador. Faltam insumos básicos em hospitais — de anestésicos a quimioterápicos —, a desnutrição volta a ser uma realidade para famílias que dependem de uma cesta básica insuficiente, e os apagões de até 14 horas diárias paralisam fábricas, escolas e a vida doméstica. A crise energética impede a conservação de alimentos, agravando a insegurança alimentar. A inflação corrói os salários estatais, que, em média, não chegam ao equivalente a 40 dólares mensais.

O cenário, já dramático, piorou com a inclusão de Cuba na lista de estados que supostamente patrocina o terrorismo, medida tomada

por Donald Trump nos últimos dias de seu primeiro mandato, e que a administração Biden manteve, que dificulta até mesmo a chegada de doações humanitárias. O resultado é uma situação de desespero que empurra muitos para o exterior, esvaziando o país de sua força de trabalho, especialmente de jovens e profissionais de saúde.

Ao longo do século 20, o movimento operário cubano contou com forte presença libertária e anti-imperialista, expressa em sindicatos, jornais, centros culturais e organizações de trabalhadores. Embora outras correntes políticas tenham conquistado maior protagonismo em diferentes momentos históricos, a tradição anarquista permanece como parte inseparável da memória das lutas sociais cubanas e do internacionalismo latino-americano.

Congresso da CSP-Conlutas reafirma independência de classe

OSL participou do congresso da entidade e do processo para eleição da Secretaria Executiva Nacional

Movimentos populares e sindicais se reuniram entre os dias 18 e 21 de abril, no sexto Congresso Nacional da CSP-Conlutas, entidade que completa 20 anos em 2026. O congresso reuniu cerca de 1 mil delegados de todas as regiões do país, além de 300 observadores, que discutiram a conjuntura nacional e internacional, e tiraram as bases para a atuação no próximo período. A militância da OSL participou do congresso, apresentando um manifesto elaborado em conjunto com o Grupo Libertação Popular (GLP), e inclusive integrando chapa na eleição da nova Secretaria Executiva Nacional.

O congresso afirmou a postura de independência de classe frente aos diferentes governos e patrões, e reafirmou o socialismo como horizonte estratégico. Também firmou solidariedade ao povo palestino e a defesa

da autodeterminação dos povos, e se opôs às diferentes formas de dominação imperialista.

Apesar dos acordos gerais com boa parte do programa aprovado, a OSL tem importantes divergências estratégicas e de concepção organizativa com as demais correntes que integraram o Congresso. Uma delas é a ideia de que o principal problema da classe trabalhadora seria uma “crise de direção”, o que leva parte dessas correntes a tratar os espaços de luta como “currais eleitorais”, priorizando o embate político. Compreendemos que o mais fundamental seja reconstruir a capacidade de organização e luta nas bases, estimulando a combatividade nos locais de trabalho, estudo e moradia, que possa estabelecer uma força social organizada capaz de enfrentar as classes dominantes.

Outro problema visto no congresso

é a distância entre o radicalismo do discurso e a capacidade efetiva de mobilização das bases. A insistência das correntes em tratar a Central como um espaço de disputa permanente também pode ser um fator de enfraquecimento do potencial desse instrumento de se aproximar de setores mais amplos.

O Congresso foi encerrado com a eleição da Secretaria Executiva Nacional, e a militância da OSL atuou para construir uma composição que permitisse representação para o maior número possível de forças políticas que constroem a central. A organização integrou a segunda chapa mais votada, o que garantiu às forças políticas minoritárias espaço na SEN. Mesmo assim, a OSL não formou alianças estratégicas fixas, mantendo posição política independente em relação às outras correntes.

Nota da OSL sobre a atuação na central

A Organização Socialista Libertária publicou uma nota sobre a atuação na CSP-Conlutas após o sexto Congresso Nacional da entidade. Nele consta um breve balanço do evento, uma avaliação das fragilidades e potenciais, e as perspectivas para o próximo período. O texto pode ser acessado no seguinte endereço: <https://tinyurl.com/osl-conlutas>, ou no QR code a seguir:



No Lixo da História sempre cabe mais um

A safra de novos clientes despachados para o inefável *Bar-Restaurante Lixo da História* foi pródiga e variada. Teve de tudo adentrando o estabelecimento que, segundo palavras do saudoso companheiro Pedro Kroupa, reúne a choldra, a espuma-lha, a súcia da humanidade.

Para começar, no dia 25 de fevereiro foi deportado para as profundas o ex-tenente-coronel da Guardia Civil espanhola, Antonio Tejero Molina, que 45 anos antes tentou dar um golpe para restabelecer o regime fascista que martirizou o país até a morte de Franco em 1975. No dia 23 de fevereiro de 1981, Tejero Molina, seguido por 200 *guardias civiles*, assaltou o Congresso e sequestrou os deputados e demais funcioná-

rios. Se rendeu dois dias depois e, posteriormente, foi condenado a 30 anos de jaula, das quais cumpriu 15. Nas últimas décadas foi convertido em um símbolo da ultradireita mais nostálgica, sendo o último dos três principais condenados pelo golpe fracassado a morrer. Ao chegar no *Lixo da História*, foi imediatamente conduzido à mesa da corja falangista, sentando-se alegremente no colo do General Franco.

No dia 19 de março, baixou no *Lixo da História* o dublê de ator e reações Chuck Norris, sendo recebido efusivamente pelo ex-presidente Ronald Reagan. Norris era militante do Partido Republicano norte-americano, apoiador das causas conservadoras cristãs e, como

todo facho estadunidense, defensor da posse e uso de armas. Em 2008, expressou apoio ao banimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Protagonizou filmes de qualidade duvidosa, que procuraram desumanizar negros, latinos e árabes, exaltando os “valores” do militarismo, do patriotismo hipócrita e da branquitude. Que o *Lixo da História* lhe seja pesado, Chuck.

Os Estados Unidos da América seguem sendo uma fonte inesgotável de clientes para o Bar-Restaurante *Lixo da História* e, no dia 11 de julho passado, um de seus mais ignóbeis políticos adentrou o nefasto estabelecimento. Falamos do senador Lindsey Graham, um dos maiores expoentes da extrema-

-direita yankee, defensor ardoroso do genocídio em Gaza e da guerra contra o Irã. Ex-inimigo de Trump, e depois aliado em sua sanha belicista e intervencionista, Lindsey provavelmente mirava a manutenção da máquina de guerra estadunidense atuando em todo o planeta. Bateu as botas rapidamente devido a uma “dissecação da aorta”, que mais rápido que um meteorito teletransportou-o para o estabelecimento onde passará o restante da eternidade junto aos seus amiguinhos.

Déspotas, ditadores, genocidas, facínoras e fachos em geral venham, tomem as suas mesas! O Bar-restaurant *Lixo da História* está sempre de portas abertas!

Jornal *Libera*, setembro de 2026. Tiragem: 1 mil exemplares. O *Libera* é o jornal oficial da **Organização Socialista Libertária (OSL)**, de responsabilidade da Secretaria de Comunicação da organização, autofinanciado por nossa militância e

pela contribuição voluntária de apoiadores e simpatizantes.

Assinatura das próximas 4 edições, com frete incluso:

- 3 unidades por edição: R\$ 30
- 5 unidades por edição: R\$ 40
- 10 unidades por edição: R\$ 50

Envie email para secom_osl@riseup.net, com nome completo, endereço para envio (com CEP), telefone de contato e quantidade de jornais. Assine o *Libera*, apoie a imprensa libertária!

Faísca
Publicações
Libertárias



www.editorafaиска.net